

3 a 7 de dezembro de 2007 - Nº 31

O Senado Federal e a questão energética

Em recente artigo assinado pelos Presidentes do Senado Federal, Senador Tião Viana (PT-AC), da Câmara dos Deputados, Deputado Arlindo Chinaglia (PT-SP), e da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal (CAE), Senador Aloizio Mercadante (PT-SP), chama-se a atenção para a necessidade de o Poder Público concentrar-se numa Agenda que tenha a dimensão do Brasil.

Entre os temas nacionais que merecem a atenção do legislador, apresenta-se a questão energética, justamente pela sua relação direta com o crescimento da economia.

No Senado, a Coordenação de Estudos da Consultoria Legislativa do Senado realiza, em 4 de dezembro próximo, o Seminário "Consumo de Energia Elétrica: racionalizar para não racionar", às 9 horas, no Interlegis. Além de consultores do Senado, participarão do evento representantes da Associação Brasileira dos Comercializadores.

Nesse mesmo dia, às 10 horas, a Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) promove audiência pública sobre o licenciamento ambiental e a matriz energética. O debate foi proposto pelo presidente da comissão, senador Marconi Perillo (PSDB-GO).

De fato, as discussões legislativas acerca dos rumos do setor de energia são das mais oportunas, porque especialistas já identificam no seu marco regulatório fatores de restrição

ao investimento privado e potenciais riscos de crescimento no futuro do País.

Em outubro deste ano, a Subcomissão Temporária de Marcos Regulatórios da CAE apresentou seu relatório final, elaborado pelo Senador Garibaldi Alves (PMDB-RN). No tocante ao setor de energia, o relatório propôs a apresentação de projeto de lei, disciplinando o licenciamento ambiental de aproveitamentos hidráulicos considerados estratégicos.

Além disso, o relatório propôs outro projeto de lei para a responsabilização criminal de agentes do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) nos casos de autorizações ou permissões em desacordo com as normas ambientais.

O Brasil pode contar com uma matriz energética variada. Contudo, um dos impasses apontados para a diversificação exitosa dessa matriz reside, por exemplo, nas dificuldades de parcerias - denominadas de co-geração - entre distribuidoras de energia elétrica e usinas de bio-energia. Em razão dessas dificuldades, reduz-se a possibilidade de aproveitamento do excedente de energia das usinas de cana-de-açúcar.

Em síntese, a agenda nacional com as dimensões referidas pelos Presidentes terá necessariamente de tratar da questão energética. Atento a essa demanda, o Senado Federal já avalia o aperfeiçoamento do marco regulatório do setor.